

LECIONÁRIO PATRÍSTICO DOMINICAL
Fernando José Bondan (compilador)

“O interesse pelos Santos Padres da Igreja – tanto do Ocidente como do Oriente – se verifica desde as origens do cristianismo, mas foi, sobretudo, a partir do movimento patrístico, que antecedeu o Concílio Vaticano II, e, depois, sob seu impulso, que ele vem se desenvolvendo amplamente. Cada vez mais as pessoas se interessam e buscam ‘nas origens’ o alicerce de sua fé. A espiritualidade dos Padres é sempre uma espiritualidade original, simples, destituída dos artifícios dos séculos posteriores.” São 858 páginas (91 de índices) de textos que se relacionam às leituras e à temática dominical dos anos A, B e C do calendário litúrgico. Para a seleção, Bondan seguiu os seguintes critérios: “Na escolha dos textos, dei preferência à variedade de autores, tanto ocidentais como orientais, e à riqueza dos textos. Muitas vezes preferi escolher textos que se encaixam na temática dominical, embora não versem diretamente o Evangelho, para ofertar uma interpretação mais ampla, do que citar autores diferentes, mas que interpretam o Evangelho mais ou menos da mesma forma. Procurei, também, dar aos autores orientais a devida estima, visto que sua literatura é bastante desconhecida entre nós” ... “Sendo que procurei evitar ao máximo a citação de textos que já constem no ofício das leituras da *Liturgia das Horas*, posso afirmar com segurança que cerca de 90% dos textos deste livro são inéditos em português”.
Uma louvável iniciativa, a seu alcance!



Pedidos à EDITORA VOZES LTDA.
Caixa Postal 90023
Petrópolis, RJ/BRASIL
25689-970
Tel.: (0xx24) 2233-9000
<http://www.vozes.com.br>
E-mail: vendas@vozes.com.br



ISSN 0101-8434

9 770101 843004



0420215

www.if.org.br

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA Volume 74 FASC. 293 - JANEIRO - 2014

Rev 74

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA

FASC. 293 - JANEIRO - 2014

- Apresentação
- Mensagem do Editor
- Mensagem do Diretor
- Mensagem do Conselho Editorial
- Mensagem do Conselho de Administração
- Mensagem do Conselho de Patrocinadores
- Mensagem do Conselho de Colaboradores
- Mensagem do Conselho de Leitores

tação sacrificial da morte de Jesus, valorizando o sacrifício e o sofrimento. Tal visão marcou o imaginário religioso e dificultou a pregação e a recepção do Evangelho, segundo o qual a Sexta-feira Santa e a Páscoa são libertadoras. A tese básica do A. soa: a interpretação sacrificial e substitutiva da morte de Jesus, que conserva um lugar central nas liturgias e nos catecismos das Igrejas e que alguns consideram como verdade cristã, procede de um mal entendido. Daí resulta difícil para o Cristianismo explicar o sentido do acontecimento que o funda e também ele, em vez de anunciar um Evangelho, como uma força emancipadora e criadora de felicidade e liberdade, termina por ser um peso sobre os fiéis.

O A. conduz a argumentação em dois tempos. Começa com uma pesquisa histórica de como a interpretação sacrificial se instalou na tradição teológica ocidental, apesar de Paulo e dos evangelhos. Para tal, estuda, sobretudo, santo Anselmo que, no final do século XII, lhe deu a forma elaborada. Na recepção de tal doutrina, o teólogo protestante estuda os dois grandes teólogos da Reforma – Lutero e Calvino –, que se deixam influenciar por ela, embora não bata bem com a compreensão luterana da gratuidade do Evangelho, de sua teologia da cruz e da apresentação calvinista dos ofícios de Cristo, como Profeta, Rei e Sacrificador. Num toque de originalidade, trabalha a obra musical Golgotha (1945-1948) de Frank Martin, que, baseado numa interpretação protestante leiga e moderna dos evangelhos e de textos atribuídos a Santo Agostinho, parte da Paixão da Igreja para apresentar a significação existencial da morte de Jesus e de sua pertinência universal.

A segunda parte da pesquisa escava a significação e a interpelação da morte de Jesus no Novo Testamento. A afirmação central de que Jesus morreu por nós constitui o fundamento da convicção e da fé dos cristãos. Significa que a condenação e a crucificação não constituem o fim, mas o começo de uma história. O “por nós” dá sentido à morte de Jesus que nos é um benefício e nos oferece uma transformação de que somos o destinatário.

Logo, no começo, apresenta pequeno panorama das várias interpretações da morte Jesus no Novo Testamento. O A. resume-as em quatro tipos de leituras.

1. O assassinato de Jesus resulta de um erro humano, de uma ignorância, de um cálculo político e de uma falta de compreensão. O ato salvífico de Deus reside no envio, na obra e na ressurreição do Salvador. Lucas apresenta a morte de Jesus como manifestação de extrema incredulidade da humanidade. A força salvífica de tal ato vem da ressurreição pela qual Deus se manifesta (Lucas, 1Pe).

2. O dom, que o profeta faz de sua vida em face da morte, confirma sua palavra e é revelação de Deus. O Evangelho de Mateus é o drama de uma controvérsia entre justiça e hipocrisia. Ao dar a vida em silêncio no meio das zombarias, Deus prova a verdade da palavra de Jesus pelos sinais apocalípticos que seguem a sua morte (Mateus, Apocalipse).

3. A morte de Jesus abre o caminho da liberdade, revelando a alteridade da transcendência e dando a possibilidade neste mundo de uma existência que este já não determina. João associa a morte de Jesus e o evento da Páscoa num só gesto que é o de sua elevação e de seu retorno ao Pai (João, Epístola aos hebreus).

4. A mudança não transforma o olhar dos fiéis sobre sua origem e destino, mas sua relação com eles mesmos: a cruz liberta o sujeito humano das forças que o dominam (Marcos, Paulo).

Todos esses modelos implicam um apelo à mudança, à conversão ou o reconhecimento na confiança pela fé da mudança operada.

Depois, o autor, em quatro capítulos, aprofunda o significado da cruz, da morte e da ressurreição de Jesus. Em Paulo, como revelação de Deus e da pessoa humana. Em Mateus e João, como manifestação da verdade. Em Hebreus, 1Pe e Apocalipse, como a simbólica do sangue. E finalmente, em Marcos, a salvação da alma pela revelação da gratuidade.

Termina desenvolvendo a morte de Jesus como revelação de Deus e de nós mesmos. Acentua o aspecto da morte de Jesus como revelação, como fundamento da secularização e como manifestação de um Deus laico, fundando uma Igreja laica.

A proposta do livro traz aspectos interessantes que criticam a tentação contínua de encerrar o Cristianismo dentro dos muros da religião com consequências negativas. Defende tese oposta, ao analisar a morte de Jesus, como dessacralização da visão sacrificial religiosa. Acentua a dimensão da Igreja, como povo de fiéis.

Conclui o livro com a afirmação de que a grandeza do Cristianismo se funda na revelação da Cruz e não no poder da Igreja, nem na magnificência de suas cerimônias e aparatos. Prevalece a força da convicção e do compromisso diário dos fiéis, daqueles que põem sua confiança incondicional no Pai celeste. O Evangelho não requer nenhum intermediário religioso para articular a presença de Deus na vida de seu povo. O povo leigo é ele mesmo a articulação da presença do espírito libertador do Salvador na sua criação por meio de sua ação cultural, social, profissional e política.

A posição radical de corte protestante traz elementos interessantes para a teologia católica repensar posições tradicionais em que os ritos religiosos terminam por aprisionar o espírito libertador da morte e ressurreição de Cristo. Vale a pena conferir o livro e debater com ele.

João Batista Libanio
In memoriam

ZAMAGNI, Gianmaria. *Fine dell'era costantiniana*. Retrospectiva genealogica di un concetto critico. Col. Testi e ricerche di scienze religiose – Nuova serie 45, Bologna: Il Mulino, 2012. 197 p., 155 x 210mm – ISBN 978-88-15-13802-6

O A. vem do campo das ciências da religião. Como o subtítulo do livro bem o informa, a pesquisa se dirige a entender e a mostrar a evolução do conceito teológico-político de uma “era constantiniana” ao longo das relações entre Igreja e poder soberano, em verdadeira aliança simbiótica num arco de dezessete séculos. Vários autores interpretaram, a partir de diversas conjunturas, esse verdadeiro paradigma que caracterizou longo período da história do Cristianismo e da história política da Europa. O A. debruça-se criticamente sobre esses estudos, começando por Chenu e recuando até Peterson, todos autores do século passado.

Não se trata de um estudo sobre Constantino, nem sobre a história dos efeitos imediatos dos atos político-religiosos do imperador cristão, mas antes, sobre o

constituir-se de um tipo ideal de relações entre Igreja católica e soberanos. Está em questão um modelo que vem sido avaliado por sucessivas instâncias antes de entrar em crise, percebida no limiar do Concílio.

O A. distingue três planos: o dado histórico de Constantino, o contexto do século XX dos autores que o examinam e o do presente do próprio A. e leitor. Importa entender as discussões sobre tal questão em volta do Concílio Vaticano II. O título do livro é tirado de Chenu, nas discussões anteriores ao Concílio. Trabalha o tema central da “era constantiniana” na diversidade de autores, em seu contexto e linguística. Adota o método genealógico.

Os capítulos estudam autores do século passado que abordaram tal questão. Os nomes escolhidos revelam a natureza da pesquisa: Chenu, F. Heer, Gilson, Mounier, Maritain, Buoniaiuti e Peterson, na ordem inversa do tempo, começando pelo mais recente (Chenu) até o mais antigo (Peterson).

Por ocasião da discussão do Esquema XIII, que deu origem à Constituição *Gaudium et spes*, Chenu (1895-1990) escreveu, em 1963, um texto com o título: “A Igreja e o Mundo. O fim da era constantiniana no Vaticano II”. Fez o percurso da “era constantiniana” até a crise no alvorecer do Concílio. Não está em questão a pessoa histórica do imperador, mas a situação permanente que as suas iniciativas produziram, a saber, um complexo mental e institucional nas estruturas, nos comportamentos, na espiritualidade da Igreja, como fato e como ideal desde o século IV, atravessando o Feudalismo, o Renascimento, a Reforma, a Contrarreforma e a Revolução Francesa.

Tal “era constantiniana” se manifestou na simbiose dos poderes teológico e institucional, no dogmatismo cultural fundado no logos, no humanismo cristão dualista matéria-espírito e no regime econômico-social feudal-burguês. Precisamente esse arcabouço se abalou com o clima cultural e teológico dos inícios do Concílio: a secularização, o despertar do Evangelho, o primado da Escritura, a nova concepção de Igreja missionária aberta aos não crentes, a escuta da Palavra por parte dos pobres. O A. aprofunda o núcleo central do pensamento da análise de Chenu sobre a “era constantiniana”, indicando as suas fontes de reflexão: o relatório de Mario Gozzini, o ensaio sobre a Igreja no limiar do futuro de Peter Giloth, o clima eclesial em torno do Congresso Eucarístico Mundial de Munique (1960), o discurso do arcebispo de Paderborn Lorenz Jaeger, no Congresso Eucarístico. Com essas influências, Chenu forjou as reflexões sobre a “era constantiniana” e seu fim.

Friedrich Heer (1916-1983) ocupa o segundo capítulo com o intrigante título: entre Constantino e Hitler. Chenu se referira várias vezes a esse pensador Vienense. Ele viveu em tempos do nazismo contra o qual lutou, sofrendo prisões. Procurou, sob o ponto de vista católico, compreender o sentido teológico-histórico da situação europeia no pós-Guerra Mundial (1939-1945), na perspectiva do movimento em direção a Cristo, imerso no tempo e na eternidade. Destarte, rejeita as simplificações de uma cristianização e descristianização da Europa. Elaborou dupla relação dialética entre cristianismo e mundo secular, tanto no nível social como pessoal. No milênio (s. IX-XIX), a Europa e o Ocidente viveram uniões fundamentais, de modo que “não se entende a liturgia intramundana da poesia do classicismo germânico sem a liturgia da Igreja, como o pensamento do idealismo alemão sem a teologia cristã”. O aspecto teológico-político do milênio cristão lançou raiz em Bizâncio, com Constantino: aliança entre os dois poderes. Eusébio de Cesareia e Bossuet, como que dois escritores simbólicos, glorificaram o poder dos bispos e a figura de Luís XIV. Heer

perseguiu, na história, o processo de identificação e tensão entre os dois poderes. Seu intento principal foi mostrar o rosto presente da Europa, estudando para isso uma pluralidade de movimentos e instituições que ameaçavam o princípio de união entre o reino terreno e o ultraterreno, sancionado com o Sacro Império Romano, e que reivindicavam cada um sua própria autonomia: reforma religiosa, espiritualismo, racionalismo, escolástica e universidade, burguesia comunal e nova aristocracia, cultura popular, poesia e épica em línguas vulgares (s. IX-XIX). E do lado do Estado, implantava-se a perseguição aos heterodoxos, aos não crentes e a todos que não se submetiam a ele. Heer viu na aliança entre religião e Estado, a *crux* do Ocidente. Mais trágico aconteceu quando cristãos assumiram a outra cruz do poder (suástica). O A. vienense fez verdadeira genealogia do Estado totalitário hitleriano. Resumindo seu pensamento, ele escreveu: “Já não existem ‘sacros impérios’. Dessa certeza, os protagonistas da liberdade europeia retiraram coragem e confiança em todas as batalhas passadas contra toda ditadura de um Estado totalitário. Uma lição do passado, uma esperança para o futuro”.

Em outro capítulo, que o autor A. chama de “espírito de Paris”, trabalha filósofos mais conhecidos do leitor brasileiro: Étienne Gilson, Emmanuel Mounier e Jacques Maritain.

Apresentou antes, porém, alguns traços da célebre carta pastoral do cardeal de Paris, E. Suhard, de 1947. Nele, ele descreve uma Igreja encarnada na história, que se liga às estruturas sociais, para santificá-las. Ele via na identificação do *ordo christianus* resultante, sobretudo do s. XIII, com a cristandade sem mais, grave tentação em que incorreu a Igreja. Por isso, distinguiu Igreja e cristianismo, e cristianismo e cristandade.

E. Gilson (1984-1978) propunha responder a uma série de perguntas: que pensar do fosso existente entre mundo cristão e mundo moderno? Como tal se construiu? Que acontece? Que pensar das soluções tentadas para superá-lo? Como se deve tentar? O pensador vai na direção da contraposição entre cristianismo e cristandade, que não conseguiu evitar certos desvios. Postula superar o “mito gregoriano”. O Cristianismo não perdeu sua força inicial, mas carece de nova modalidade de comunicação para sua mensagem ser entendida além das dificuldades conceituais. É ilusão pensar que o Cristianismo impregnou a sociedade e, portanto, cabe voltar aos tempos antigos. O tempo amadureceu para renunciar a tal ilusão. A Igreja de Estado não é solução. O Cristianismo não é do mundo, mas está nele para santificá-lo e nunca se confunde com uma determinada forma histórica.

Mounier (1905-1950) retoma expressão de Unamuno, e escreve sobre a agonia do Cristianismo. O termo agonia é entendido no sentido etimológico grego de luta. Hoje, o Cristianismo luta contra a presunção de acreditar na própria força, como a França de 1939. Com preocupação político-prática, ele alerta para o risco do partido democrata cristão repetir, com cinquenta anos de atraso, o Sacro Império ou a Monarquia cristã, com tonalidade de centro-esquerda, na forma de “Santa Democracia”. Não evita as mesmas ambiguidades. Recorda ao cristão a transcendência do Cristianismo em todas as ocupações do tempo, não instrumentalizando a transcendência.

J. Maritain (1882-1973) se sobressaiu com a obra *Humanismo integral*. O subtítulo já indica o rumo: *Problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade*. Explicou que se trata de uma cristandade, já não sagrada, mas secular ou profana. Debateu com o humanismo comunista que mostrava ressentimento com o mundo cristão e com o

próprio Cristianismo. Não defendeu volta ao passado, mas o refazimento total das estruturas culturais e temporais, como passagem para uma nova idade de civilização. Referindo-se a certos messianismos, assumiu a realização do Reino de Deus na história, mas sempre de modo deficiente e discutível. A nova cristandade, proposta por ele, encarnaria princípios análogos à medieval, mas segundo um tipo essencialmente distinto. A história é irreversível.

O sacerdote italiano Ernesto Bonaiuti (1881-1946), que sofreu fortes punições eclesástico-civis de excomungado *vitandus* e foi privado do ensinamento na Universidade de Roma, estudou a história do Cristianismo.

Ao criticar a ortodoxia oficial e curial, e a codificação dogmática e jurídica por serem incapazes de captar a força germinal do Cristianismo, levanta a pergunta: Será que o Cristianismo, como grande força social, já esgotou toda a dinâmica trajetória? O último tomo da sua obra leva o título *Il tramonto cristiano – O ocaso cristão*. Depois de estudar as vicissitudes do Cristianismo ao longo da história e da reflexão dos pensadores, afirma com clareza que o anúncio evangélico teve seu pleno significado quando soube permanecer no mundo sem ser do mundo. Ele o fez pelo testemunho imanente na sociedade da provisoriedade das riquezas e fortunas, de toda a vacuidade do poder e do prestígio terrenos, remetendo-se a uma realidade ulterior própria. O Cristianismo começou a decair no mundo e a perder a sua virtude normativa e pedagógica exatamente no dia em que creu ter o mundo na mão.

Traça pesado diagnóstico sobre o Cristianismo. Ao dar-se a uma burocracia em vez de contar com o levedo do Evangelho e de confiar na obra do Espírito, o catolicismo terminou por perder toda a capacidade normativa no seio da sociedade, que consiste no paradoxo de integrar-se na sociedade, sem assumir-lhe as lógicas terrenas. Este é o motivo que permite ao historiador diagnosticar a morte do Cristianismo.

No entanto, o Cristianismo ressurgirá amanhã, se retomar a fisionomia das origens, superando o modelo de organização da Igreja no mundo. Diante do flagelo da Segunda Guerra, Bonaiuti estava consciente da renovada missão de uma Igreja ecumênica, consistindo em preparar os elementos aptos para a reconstrução de nova consciência religiosa evangélica.

O quinto capítulo é dedicado a E. Peterson (1890-1960). Seu trabalho teológico procurou exorcizar o uso político-funcional da teologia católica de reforçar a aliança do poder religioso e político. Recorreu à teologia do mistério da Trindade para impedir que se construísse um princípio monárquico e para gerar anticorpos contra a distorção totalitária. A elaboração da teologia trinitária dos Capadócijs deveria tornar inviável fazer uso legítimo da teologia na política. No fundo, ele se opunha a uma teologia política no estilo de Carl Schmitt.

Ele viu na Igreja, na sua relação com o Reino de Deus, certa ambiguidade. Ela não é um objeto político-religioso, como o Reino messiânico dos judeus. Nem também é um objeto puramente espiritual no qual não existissem conceitos, como política e autoridade. Esta ambiguidade se esclarece na reciprocidade entre Reino e Igreja. A Igreja não é o Reino, mas nela existe algo do Reino. Uma doutrina imperial romana não cabe na tradição cristã por causa do conteúdo escatológico evangélico e do dogma trinitário.

O livro fecha com algumas conclusões. Apesar dos traços pessoais dos diferentes autores estudados, eles revelam aspectos comuns, como o estudo crítico da his-

tória da Igreja e a atenção às fontes, enquanto testemunhas do passado. Mantiveram preocupação com a Igreja, com a autenticidade de sua mensagem e com a abertura ao mundo. Consideraram o modelo ideal “era constantiniana” como obsoleto e perigoso e fizeram apelo a uma Igreja *semper reformanda* a fim de mudar a situação, ao recusar o compromisso com os poderes. Fica para o Cristianismo a lição histórica de sua experiência: ele perde mordência quando se resume à mera tarefa mundana em aliança com poderes temporais ou quando se transforma em espiritualismo que acaba deixando aos poderes temporais total autonomia. Cabe-lhe, então, a dupla missão de estar no mundo, sendo crítico do mundo.

Os pensadores, que marcaram o itinerário dessas considerações, sofreram restrições por parte da Igreja institucional de diferentes maneiras desde a excomunhão (Buonaiuti) até censuras (Chenu, revista *Esprit*, Heer) e demissão acadêmica (Peterson).

O livro merece realmente atenção. A “era constantiniana”, se pertence ao passado como fato histórico, no entanto deixou traços que chegam até nós. E transformou-se em verdadeiro paradigma que está a aflorar, de tempos em tempos, mas que não dá conta da riqueza do Cristianismo. Impressiona como certos aspectos desse modelo tentam voltar, embora de balde, nos dias de hoje. Isso torna a leitura proveitosa de texto escrito com cuidado, seriedade, rigor e minuciosa erudição.

João Batista Libanio
In memoriam

RUGGIERI, Giuseppe. *Prima lezione di teologia*. 2ª ed, Bari: Laterza, 2012. 160 p., 110 x 180mm – ISBN 9788842098065

Serve de livro de introdução à teologia. Não segue, porém, os modelos tradicionais. Logo no início, relata a intenção principal de mostrar a face da teologia, não tanto como discurso formal de Deus, embora o seja, mas como “prática comunicativa de si mesma na qual a fé mostra a sua razão”. Eu escolhi, diz ele, o caminho de “apresentar os argumentos, que uma prática de várias décadas de teologizar, por meio do ensino e de escrever, me faz parecer mais adaptados para introduzir na ‘coisa’”. O importante do “discurso sobre Deus” da teologia é atingir as pessoas. O A. viveu a vida de professor e estudioso de teologia, imerso na pastoral. Parte do pressuposto de que todo ser humano faz teologia, ao falar ou mesmo ao negar a Deus. Ninguém escapa dessa condição humana. A teologia propriamente faz um discurso sobre o discurso de Deus que se faz na vida das pessoas.

O teólogo, ao construir teologia, faz sempre uma *determinatio distrahens*. Pois ele “rouba” conhecimentos, categorias e conceitos de outros laboratórios intelectuais para utilizá-los a serviço de outro princípio do compreender humano que é a fé, que tem no coração. Em tal exercício, experimenta a fecundidade humana dos conhecimentos apropriados. A ideia da “distração” operada pela teologia com os conceitos do uso humano mereceu aprofundamento. Apontou os perigos de tal operação linguística, tanto nos discursos do mundo greco-romano como bíblico de ambos os